



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

1. INFORME: Revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no SUS: PNAN 10 anos

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), integrante da Política Nacional de Saúde (SUS), foi publicada há 10 anos e vem apresentando uma trajetória singular de avanços e conquistas. Consolidou-se como política setorial da Saúde promotora de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Nestes últimos dez anos, mudanças importantes ocorreram no perfil nutricional e epidemiológico da população, impactando sobremaneira os gastos do SUS com as doenças associadas à alimentação. A última Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, em 2002-2003, apontava para 41% da população adulta com excesso de peso e 9% com obesidade, observando-se uma tendência de aumento conforme demonstrado pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, PNDS (2006), que apontou um excesso de peso de 43% e de 16% de obesidade entre as mulheres em idade fértil e igualmente pelo VIGITEL que aponta aproximadamente 50% da população adulta das capitais com excesso de peso. O crescente número de brasileiros com excesso de peso, mas ainda com a permanência de desnutrição e doenças por carências de micronutrientes como hipovitaminose A, beriberi e anemia, demandam um novo olhar sobre as ações de nutrição no SUS, em especial na atenção básica.

A publicação da Política Nacional de Atenção Básica e da Política Nacional de Promoção da Saúde com metas e eixos voltados a temática da alimentação e nutrição resultaram também em novas configurações para o campo da nutrição em saúde pública. No âmbito das políticas públicas, foi criado um novo marco legal para a segurança alimentar e nutricional (SAN), com aprovação de uma lei orgânica de SAN, a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a aprovação da Emenda que inclui o Direito Humano a Alimentação na Constituição Federal.

Nesse cenário observou-se a necessidade de se promover uma atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, o que está sendo conduzido sob orientação da Secretaria Executiva do MS.

Nesse processo foram realizados 25 Seminários Estaduais, que culminou em um Seminário Nacional, realizado entre 08 e 10 de Junho, e que contou com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais de saúde e dos gestores. Esses seminários foram realizados em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, com o objetivo de debater, avaliar e propor diretrizes para a reformulação da PNAN. Participaram além de representantes estaduais, representantes do CONASEMS, CONASS, CIAN/CNS e CONSEA entre outros.

Neste momento a CGPAN/DAB inicia um processo de interlocução mais estreito com outras áreas do Ministério da Saúde, por meio de reuniões internas, de modo a ampliar o debate e as contribuições para a nova formulação da Política, bem como a realização de 2 oficinas para discussão do texto. A expectativa é que tenhamos uma versão para consulta pública até início de Setembro.

Mais informações

www.saude.gov.br/nutricao

cgpan@saude.gov.br

(61) 3306.8004